



JULGAMENTO DE RECURSO E PEDIDO DE ANULAÇÃO DO CERTAME

PROCESSO Nº 055/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Cestas Básicas pelo período de 12 (doze) meses para o Município de Bocaina de Minas

I – DO RELATÓRIO

- 1.1. Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, trata-se de análise de Recurso Administrativo interposto pela Empresa Armazém Mineiro Hortifrutigranjeiros LTDA, inscrita no CNPJ: 43.207.870/0001-49 contra ato do Pregoeiro que desclassificou a proposta da Empresa.
- 1.2. No ato de análise e aceitação das propostas comerciais, a Proposta da Recorrente foi desclassificada sob a fundamentação de que a marca de macarrão ofertado da marca RENATA não atende as especificações do edital, pois não possui em sua fórmula urucum.
- 1.3. Aberto o prazo para intenções recursais, a Recorrente manifestou interesse alegando o seguinte:

Bom dia! Manifestamos intenção de recurso visto nossa desclassificação, uma vez que nosso produto ofertado motivo de desclassificação atende ao solicitado, bem como visando garantir o direito ao contraditório e ampla defesa;

- 1.5. Em 08/08/2023, a empresa Recorrente interpôs recurso, tempestivamente, na forma do disposto no item 11.5 do Edital.

II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

- 1.1 A Recorrente alega em sua peça recursal em suma que a desclassificação foi ilegal tendo em vista que o macarrão ofertado atende todos os requisitos do edital e inclusive apresentou catálogo do produto deixando claro de que a marca ofertada possui em sua fórmula urucum.
- 1.2. Por fim *Requer seja recebido o presente recurso, para o fim de que, em juízo de retratação, o Ilustre Pregoeiro, REABILITE a licitante ARMAZÉM MINEIRO HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA., admite a como arrematadora do certame, tendo em vista que a proposta mais vantajosa, menos onerosa e com melhor qualidade para o Município.*



III - DA ANÁLISE

3.1 - Vistos e recebidos o recurso tempestivamente por esta Comissão de Licitação, passamos à análise e posterior decisão.

3.2. Primeiramente, há de se ressaltar que os procedimentos adotados para realização da presente Tomada de Preços estão de acordo com as leis 8.666/93, em especial no que concerne aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo**.

3.2.1. O princípio da legalidade, impõe ao agente público uma atuação nos termos do que prediz a lei. Em outras palavras, somente é possível a ele agir da forma que a lei assim determinar.

3.2.2. O princípio da impessoalidade trata sobre a garantia nas licitações públicas da igualdade de condições a todos os concorrentes.

3.2.3. O princípio da moralidade é um corolário que “exige a honestidade, lealdade, boa-fé de conduta no exercício da função administrativa”. Em outras palavras, além de cumprir a lei, a Administração Pública deve respeitar a ética, a moralidade, a lealdade, o decoro e a boa-fé.

3.2.4. Já o princípio da publicidade diz respeito à proibição de edição de atos secretos pela Administração Pública. A ideia é de que se o interesse é público os atos também devem ser públicos.

3.2.5. Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, este vincula a Administração Pública a seguir de forma estrita a todas as regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir ao certame.

3.2.6. Com relação ao princípio do julgamento objetivo, significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório.

3.3. Neste sentido, importante esclarecer que todos os atos desta Comissão estão pautados na legislação e nos princípios que regem a licitação pública.

3.4.. Analisando as alegações da Recorrente, verifica-se que de fato a mesma possui razão, pois após consulta no site¹ da marca do produto ofertado foi verificado que o macarrão possui em sua fórmula o corante natural urucum, exigido no edital, conforme segue:

¹ (<https://renata.com.br/produto/macarrao-renata-ovos-espaguete-8>)



Renata Ovos Espaguete 8

Mais nutrição para a sua refeição com o Renata Ovos Espaguete 8. Uma massa soltinha pra fazer do seu momento à mesa ainda mais gostoso.

INGREDIENTES

Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais: urucum e cúrcuma.

3.5. Diante do exposto, assiste razão À Recorrente, pois com a desclassificação de sua proposta antes da fase de lances a mesma ficou impossibilitada de ofertar novos lances, porém como já foi declarado o arrematante do certame e identificados todos os licitantes, não há possibilidade de retorno à fase de lances, estando o certame eivado de vício insanável em seu processamento, entendendo este Pregoeiro que o mesmo deve ser anulado, nos termos da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, e Sumula 473 do STF.

3.6. Registra-se que não há possibilidade que a Recorrente seja declarada arrematadora do certame conforme requerido, pois a proposta inicial apresentada pela mesma é de R\$ 433.207,50 e após a fase de lances apurou-se uma proposta mais vantajosa, no valor de 361.075,00, contudo, tendo em vista que de fato a desclassificação da proposta da Empresa se deu de forma irregular, justifica-se a solicitação de anulação, com base no princípio da autotutela administrativa.

3.7. Válido inferir que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a entidade que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos. Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público.

3.8. Esse controle que a administração exerce sobre os seus atos caracteriza o princípio administrativo da autotutela administrativa. Esse princípio foi firmado legalmente por duas súmulas:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal - “A administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - “A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que o tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, rejeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. (grifo nosso)

3.9. Essas súmulas estabeleceram então que a Administração poderá revogar, por motivo de interesse público, ou **anular**, por ilegalidade, seus atos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

3.10. Acerca da anulação dos itens, dispõe a Lei nº 8.666/93:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ***devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*** (grifo nosso)

3.11. Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador José Cretella Júnior (Das licitações Públicas – Comentários à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Rio de Janeiro: Forense, 2001. pág. 305) leciona que “pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais”.

3.12. No mesmo sentido, ensina Marçal Justen Filho[1]: *“A anulação corresponde ao reconhecimento pela própria Administração do vício do ato administrativo, desfazendo-o e a seus efeitos (acaso existentes)”*.

3.13. No caso em tela, tendo em vista a desclassificação ilegal da proposta da Recorrente, e considerando as lições aqui colacionadas, recomendo a anulação do certame.

IV - DA DECISÃO.

Por todo o exposto, decidimos à luz do ordenamento jurídico, julgar parcialmente procedente o Recurso interposto pela empresa Armazém Mineiro Hortifrutigranjeiros LTDA, e recomendar ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal ANULAÇÃO DO CERTAME, nos termos da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, e Sumulas 346 e 473 do STF, tendo em vista erro insanável em seu processamento.

Bocaina de Minas, 09 de agosto de 2023

Gilmar de Oliveira Barbosa Arantes

Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

TERMO DE ANULAÇÃO

PROCESSO Nº 055/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Cestas Básicas pelo período de 12 (doze) meses para o Município de Bocaina de Minas

Após tomar conhecimento do Recurso apresentado pela Empresa Armazém Mineiro Hortifrutigranjeiros LTDA, bem como da análise efetuada pelo Pregoeiro, corroboro com o entendimento adotado, e ANULO o certame em referência, nos termos do da parte final do art. 49 da lei 8.666/93, , e Sumulas 346 e 473 do STF, tendo em vista erro insanável em seu processamento, de acordo com pedido de anulação apresentado.

Bocaina de Minas, 09 de agosto de 2023.

Luzimar de Moura Benfica

Prefeito Municipal de Bocaina de Minas